

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CUNHA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 301/2017

DEFINE OS CRÉDITOS DE PEQUENO VALOR PARA OS FINS PREVISTOS NO § 3º DO ARTIGO 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ARTIGO 78 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AFONSO CUNHA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e o Poder Executivo Sanciona a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Para os fins previstos no § 3º do art. 100 da Constituição Federal e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será considerado de pequeno valor, no âmbito do Município de Afonso Cunha, o crédito decorrente de sentença judicial transitada em julgado, cujo montante, devidamente atualizado, não ultrapasse o maior benefício pago pela Previdência Social.

Parágrafo Único - A presente lei também abrangerá os débitos pendentes relativos a processos em curso e para os quais ainda não tenha sido notificada a expedição de precatório ou RPV até a sua entrada em vigor.

Art. 2º - O crédito de pequeno valor não estará sujeito ao regime de precatórios e deverá ser pago mediante depósito judicial ou meio equivalente, no prazo estipulado na requisição judicial e observada a ordem de apresentação na Prefeitura Municipal, sem prejuízo de eventuais disposições em acordos firmados junto ao Poder Judiciário.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AFONSO CUNHA, aos 09 de Março de 2017.



Arquimedes Américo Bacelar
Prefeito Municipal de Afonso Cunha

ATESTO DE PUBLICAÇÃO

A(O) heci Nº 302 EM 04 DE 04
DE 57 FOI PUBLICADO(A) NA SEDE
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
AFONSO CUNHA - MA

AFONSO CUNHA(MA) 04 DE abril 2017